



A Cultura Material Escolar e a Preservação dos Acervos na Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Tatiane Vedoin Viero¹

Resumo: A cultura material escolar propicia várias abordagens de pesquisa para os investigadores da História da Educação. É por meio da preservação dos acervos, sejam eles arquivísticos, bibliográficos ou museológicos que se concretiza tal cultura. Teve-se por objetivo, apresentar discussões acerca da cultura material escolar e da preservação dos acervos e das afinidades entre as duas áreas de conhecimento: a Museologia e a Arquivologia. Abordou-se inicialmente a cultura material escolar e na sequência os acervos escolares, sua preservação e disputas de salvaguarda e por fim, as perspectivas e afinidades entre a Arquivologia e a Museologia, tendo por base o acervo universitário da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Realizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa documental no acervo da FURG e entrevistas sob a perspectiva da história oral com servidores ativos e aposentados. Destaca-se em relação à historiografia da educação superior em Rio Grande que é preciso recorrer basicamente aos seus acervos (arquivísticos e museológicos) e à História Oral. Em relação aos acervos é preciso traçar estratégias de organização e preservação que venham a garantir o fazer do pesquisador.

Palavras-chave: Cultura Material Escolar; Preservação de Acervos; Arquivologia; Museologia.

The school material culture and collection preservation at the Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Abstract: School material culture provides many research approaches to researchers of the Education History. It is through the preservation of collections, being them archival, bibliographical or museological that this culture is materialized. The aim of this article was to discuss about school material culture and collections preservation and, the relationships between the two areas of knowledge: Museology and Archival Science. Initially we approached the school material culture and then the school collections, their preservation and safeguard disputes and lastly, the perspectives and affinities between Archival Science and Museology, all based on the university collection of Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A bibliographic and a documental research at FURG collection were carried out as well as interviews with active and retired workers under the oral history perspective. In relation to the higher education historiography it stands out the need to resort both to its own collections (archival and museological) and to Oral History. Strategies of organization and preservation of the collections are also needed to guarantee the work of researchers.

Keywords: School Material Culture; Collection Preservation; Archival Science; Museology.

Introdução

Sobre a cultura, a definição do termo passou ao longo dos anos por algumas mudanças. Este se referia primeiramente às artes e às ciências, posteriormente, à música folclórica, medicina popular e assim por diante, sendo agora também uma ampla gama de artefatos como imagens, ferramentas, casas, conversas,

¹ Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande-FURG, doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. É arquivista na Coordenação de Arquivo Geral - FURG.

leituras, jogos. Deste modo Chauí (2010) ressalta que na verdade não existe a cultura, e sim culturas. As instituições sociais, religiosas, políticas, os valores, as crenças e comportamentos, podem sofrer variações numa mesma sociedade ao longo do tempo.

Desta forma, o mesmo ocorre com a cultura escolar. Não existe apenas uma cultura, mas sim várias. Cada escola possui suas particularidades, suas práticas. A cultura escolar de uma instituição educativa perpassa também pelos seus acervos escolares, incluindo os universitários. Estes constituem a materialidade desta, através dos artefatos como cadeiras, mesas, materiais escolares, etc. A cultura escolar relaciona-se com o seu cotidiano, com as suas práticas escolares.

O objetivo deste artigo é apresentar discussões acerca da cultura material escolar e da preservação dos acervos e das afinidades entre as duas áreas de conhecimento: a Museologia e a Arquivologia. Para tanto, inicialmente aborda-se, de forma introdutória, a questão da cultura material escolar. Posteriormente, discorre-se sobre os acervos escolares, sua preservação e disputas de salvaguarda e sobre as perspectivas e afinidades entre a Arquivologia e a Museologia, elaborando estas reflexões tendo como referência o acervo universitário da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Em relação à metodologia empregada, foi realizada pesquisa bibliográfica para o embasamento dos principais conceitos abordados ao longo do trabalho, pesquisa documental no acervo da FURG e entrevistas sob a perspectiva da história oral com servidores ativos e aposentados que participaram da criação do Museu Histórico Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos-NUME, pertencente a Universidade. A FURG foi criada oficialmente em 20 de agosto de 1969, através do Decreto-lei nº. 774, que autorizou o seu funcionamento como Universidade do Rio Grande (URG). Em 21 de outubro de 1969, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como uma entidade mantenedora da URG. Seu primeiro Reitor foi o Professor Adolpho Gundlach Pradel. Pelo Decreto-lei de sua criação, só poderiam se integrar a ela cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. O museu foi criado oficialmente em 1999 em decorrência da comemoração dos 30 anos de criação da Universidade, embora em 1994 já tenha ocorrido uma exposição para a comemoração dos seus 25 anos de fundação, a qual foi a gênese da criação do museu. O mesmo conta em seu acervo histórico, com o arquivístico, o bibliográfico e o museológico. O NUME tem por objetivo “resgatar, preservar e divulgar a história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, construindo uma visão coerente do desenvolvimento da Instituição.” (RESOLUÇÃO 028 do CONSELHO UNIVERSITÁRIO de 2002).

Em 2010 foi criado oficialmente o Arquivo Geral da FURG unidade vinculada à Pró-reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), através do atual art. 85² do Regimento Interno da Reitoria,

atual Coordenação de Arquivo Geral (CAG) que tem por finalidade “implementar, executar, supervisionar e dar apoio às diversas unidades na execução da política arquivística de gestão documental na FURG através do Sistema de Arquivos (SIARQ/FURG) em consonância com a legislação federal vigente” conforme competências dadas pela Resolução 025 de 2018 do Conselho Universitário.

2 O Regimento Interno da Reitoria eventualmente pode sofrer alterações em seus artigos e informações, em decorrência de necessidades institucionais devidamente aprovadas pelo Conselho Universitário.

O acervo universitário da FURG, utilizado nesta pesquisa, teve por foco basicamente os acervos custodiados no NUME e na Coordenação de Arquivo Geral. Na sequência serão abordados os conceitos de acervos escolares, cultura escolar, cultura material escolar e preservação de acervos.

Acervos Escolares: a Cultura Escolar e Cultura Material Escolar

Principalmente para os historiadores da História da Educação, a categoria de análise da cultura escolar é muito relevante. Ela permite compreender histórias e significados que somente os documentos tradicionais não seriam suficientes. Ela permite uma vasta compreensão do fazer escolar em um determinado contexto histórico. Para Julia (2001, p. 10) a cultura escolar caracteriza-se pelo:

Conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Da mesma forma para Pessanha; Daniel; Menegasso (2004) o termo cultura escolar não é fácil de ser delimitado, pois consideram que na escola foram historicamente sendo construídas normas e práticas definidoras de conhecimentos que seriam ensinados e dos valores e comportamentos que seriam inculcados.

Para Julia (2001), é preciso investigar as relações conflituosas ou pacíficas que a escola mantém em cada período de sua história. O mesmo vale para as instituições de ensino superior. No caso da FURG esta, perpassou por diferentes períodos históricos ao longo de sua trajetória, sendo assim, atravessada por diferentes práticas pedagógicas decorrentes de diferentes normas e legislações, disciplinas e manuais distintos. Ou seja, a cultura escolar da FURG atualmente, já não é mais a mesma das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. É nesse sentido, que entram em cena os arquivos, as bibliotecas, os centros de documentação e os museus escolares/universitários. Felgueiras (2005), quando se refere à materialidade da cultura escolar abarca as noções de recordação, memória e passado, elas estruturam e limitam as percepções que as pessoas possuem da realidade vivida, desejada e justificada.

Para Oliveira (2014) a pesquisa nos acervos escolares proporciona o estudo de diversos aspectos que constituem a cultura escolar. A autora também destaca a relevância da preservação destes acervos, já que muitas instituições ainda não estão atentas a esta questão. A preservação de acervos é indispensável aos lugares de memória, como arquivos, bibliotecas e museus. Guimarães (2012) conceitua preservação como sendo

O conceito de Preservação tem sido, na maioria das vezes, relacionado a uma ação global que vai permear todas as outras atividades necessárias ao retardar e prolongar a sua vida útil. É conhecida também, como ação “*guarda-chuva*”, que se destina a salvaguardar e proporcionar a permanência aos diferentes suportes que contêm qualquer tipo de informação. Incluem todas as medidas de gerenciamento administrativo-financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação; melhorar o local de guarda das coleções; o aprimoramento do quadro de funcionários e das técnicas para combater a deterioração dos suportes. (GUIMARÃES, 2012, p. 79).

Sobre os acervos e coleções é impossível podermos preservar tudo. Primeiro, por não termos capacidade física para tal e segundo porque não podemos ter todos os recursos financeiros e de pessoal técnico para tanto. Assim, para Guimarães (2012) existem três pontos importantes que devem basear o programa de preservação, sendo eles: a missão da instituição deve ser bem definida; estabelecimento de uma política

para as coleções que determinará o que se preservar; e por último a definição da política de preservação que engloba conhecimento técnico-científico e recursos financeiros. No caso do acervo arquivístico da FURG, com a implantação do Arquivo Geral em 2010, posteriormente, a construção do seu prédio e a contratação de pessoal técnico (arquivistas e técnico em restauração), foram iniciadas algumas ações de preservação. A seleção documental do que será eliminado ou preservado é definido pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos CPAD/FURG e pelas normativas e legislações emanadas do Arquivo Nacional. Quanto ao acervo museológico, um dos entrevistados e ex-presidente do NUME em seu depoimento relatou que “sempre pedi as autoridades universitárias um museólogo” (BARBOSA, 2015). Quanto às doações se houve algum descarte o entrevistado rememora que “havia uma avaliação da dona Elaine e eu, a gente chegou a trazer membros das comissões, dona Elaine trabalhou maravilhosamente sempre e aí a gente selecionava o que eu não vi muito, se houve foi o mínimo, foi o descarte, que é fundamental” (BARBOSA, 2015).

De acordo com o Regimento do NUME aprovado pela Resolução 028/2002 do Conselho Universitário, o mesmo possui duas comissões, sendo elas: a Executiva e a Consultora. Em ambas não constam como atribuições a seleção dos materiais, porém conforme a narrativa do ex-presidente Oswaldo Barbosa, em algumas ocasiões esses membros foram consultados sobre essa questão. Estas comissões possuem como integrantes membros do NUME incluindo servidores ativos e aposentados, acadêmicos e representantes da comunidade em geral. O museu não possui assim, uma comissão de acervos constituída especificamente para esse fim. Quanto ao Plano Museológico definido pelo artigo 44 do Estatuto de Museus de 14 de janeiro de 2009, que diz que “é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”.

Ainda em relação à preservação dos acervos documentais Bonato (2005) menciona que muitas escolas preservam os diários oficiais por entenderem de se tratar de documentos oficiais e não preservam, por exemplo, os diários de classe e cadernos dos alunos tão relevantes para pesquisas em História da Educação.

As instituições escolares são estruturas complexas, de universos específicos, onde aparecem muitas características e contradições do sistema educativo. Estas instituições apresentam uma identidade própria, carregada de história, assumindo o arquivo desta forma um papel fundamental na construção da memória e da identidade da escola (MOGARRO, 2005). Assim também acontecem com os objetos e mobiliários que servem como pontes evocadoras de memória e possuem forte ligação com a questão identitária. São muitas as possibilidades no caso do museu do que está por trás dos objetos doados, dessa materialidade, da musealização dos objetos e documentos. Por exemplo, a pessoa que doa o histórico escolar da faculdade de seu pai, a coruja taxidermizada, os uniformes, as flâmulas das primeiras faculdades que antecederam a FURG. Muitos documentos e objetos foram doados por servidores que já estavam aposentados, estes materiais se encontravam em suas residências e não mais na Universidade, porque tinham receio que poderiam ser extraviados e quando viram que houve a criação de um espaço que surge justamente, com o propósito contrário a isso, que nasce com o intuito de preservação, eles os destinam ao museu, conforme se pode observar na narrativa abaixo em relação à constituição do acervo do museu.

[...] muito é de doações de pessoas [...] muitos tinham documentos e acervos históricos, de fotos, enfim em casa, [...] guardavam isso justamente por não ter um local onde deixar, que lhes dessem segurança. No momento que a gente criou o NUME, então muitas pessoas que tinham esses acervos, colocaram a disposição, até porque tinham confiança que aquela parte da história seria preservada. Também o próprio papel do NUME foi quando da sua criação resgatar dentro da própria universidade documentos históricos que estavam não digo perdidos, mas estavam em vários locais

separados. (MARTINS FILHO, ENTREVISTA, 2017).

Fica evidenciada na narrativa acima, também, a questão da dispersão do acervo universitário que ocorria na FURG justamente pela falta de pessoal técnico, de um lugar de memória e de rotinas e cuidados de gestão e preservação. É importante destacar que para preservar é preciso selecionar e possuir um programa de aquisição de acervo, pois assim se evita muitos empecilhos em relação à gestão deste.

Para Santos (2009) “a memória tem sido vinculada à lembrança de um passado original, no entanto, ela pode ser compreendida a partir da reconstrução contínua de significados simbólicos atribuídos a objetos desvinculados de seu contexto de origem” (p. 115). A autora comenta ainda que,

Os museus dão a impressão de que preservam o passado. No entanto, longe de preservarem um significado eterno inerente a objetos, eles atribuem novos significados a objetos que foram retirados do tempo e do espaço em que foram originalmente produzidos. [...]. Objetos não são sagrados, nem detêm significados próprios e imutáveis. São os indivíduos que atribuem significado aos objetos. Os museus são agências classificadoras; eles reordenam os objetos que selecionam, segundo critérios próprios. Os objetos, ao serem deslocados para os museus, perdem o contato com os contextos que os originaram e, com isso, também a convivência cotidiana com aqueles que poderiam associá-los a uma experiência anterior. Ao perderem os vínculos com seus contextos de origem, os objetos tornam-se elementos de uma nova escrita. (SANTOS, 2009, p. 117).

Ou seja, os artefatos ao se incorporarem aos acervos dos museus perdem a sua finalidade inicial de uso para assumirem uma nova finalidade a de objetos museológicos e servirem como ponte de memória. Para Padilha (2014) em relação ao processo de musealização, qualquer peça tem potencial para se tornar um objeto museológico. Será a análise feita pela instituição no momento da aquisição que a determinará, “assim, o objeto passa a ser descrito sob duas circunstâncias: sua vida útil antes de fazer parte do museu e depois, quando ganha novos usos e sentidos dentro do espaço de salvaguarda” (PADILHA, 2014, p. 20).

Por isso, a um mesmo artefato/peça podem ser atribuídos diferentes significados simbólicos, por exemplo, no caso do NUME, a coruja taxidermizada (Figura 1) terá um significado simbólico para um ex-aluno e/ou ex-professor da Faculdade Católica de Filosofia, criada em 1960 e outro, para outra pessoa que não tenha tido nenhum envolvimento com tal Faculdade.

Figura 1 – Coruja taxidermizada símbolo da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande.



Fonte: acervo particular da autora.

Benito (2011) utiliza o termo memória escolar para se referir as histórias de vida dos sujeitos e das representações coletivas que compõem os quadros de referência da comunidade. A primeira coisa que as pessoas costumam rememorar em relação à sua escolaridade são os cenários em que esta foi realizada, é neste momento que se destaca a importância dos espaços, dos prédios escolares na formação dos primeiros padrões do esquema corporal das pessoas e das práticas sociais essencial na construção da memória biográfica. A memória também é avaliadora. O autor menciona as imagens dos rituais de passagem, como imagens do batismo, entrada na escola, serviço militar, casamento, como acontecimentos vividos que afetaram as suas vidas. No caso do NUME citam-se como exemplos, as fotografias dos trotes dos calouros quando do seu ingresso na instituição. Para as pessoas que vivenciaram esses acontecimentos, essas imagens nelas evocam gatilhos de memória biográfica.

Tanto no processo de criação dos lugares de memória, quanto na aquisição/entrada dos objetos nas instituições, ocorrem conflitos de memória e poder. No caso da FURG, cria-se um museu histórico universitário o NUME com o objetivo principal de “resgatar, preservar e divulgar a história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, construindo uma visão coerente do desenvolvimento da Instituição” (REGIMENTO DO NÚCLEO DE MEMÓRIA “ENG. FRANCISCO MARTINS BASTOS”, ART. 2º, 2002). E posterior à sua criação começaram a surgir, conforme a narrativa do ex-presidente Oswaldo Babosa, outros lugares de memória com finalidades muito semelhantes ao NUME. O entrevistado citou a existência de um Núcleo de Memória na Faculdade de Medicina, e outro museu em um departamento da Universidade, o Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG³.

Em determinados aspectos o Museu Virtual exposto acima se encontra mais estruturado do que o NUME. Cita-se, por exemplo, seu *website* o qual possui informações relevantes sobre o museu como, seu histórico, seu acervo, sua equipe, plano museológico, enquanto que o NUME atualmente nem possui um *website*.

Embora a existência desses conflitos em relação à memória, a existência dos arquivos, bibliotecas, museus, e demais instituições de memória escolares e/ou universitárias são relevantes enquanto guardiões da materialidade. Na FURG, tanto a CAG quanto o NUME, já possibilitaram várias pesquisas acadêmicas, entre elas, destaca-se as da área da História da Educação, principalmente no que se refere aos estudos da cultura escolar. Os acervos escolares são o patrimônio histórico-educativo das instituições. No quadro abaixo, apresenta-se alguns exemplos de documentos e objetos do acervo da FURG, que podem ser utilizados em pesquisas da História da Educação:

3 Disponível em <https://muvie.furg.br/historia>

Quadro 1 – Documentos e objetos para a realização de pesquisas em História da Educação

| Documentos/objetos | Pesquisas |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Histórico escolar | disciplinas escolares (índice de frequência e aprovação/reprovação dos alunos, etc.) |
| Atas do Conselho Universitário | Cultura escolar (decisões sobre o funcionamento da Universidade, sobre contratação de pessoal, calendário acadêmico, mudanças organizacionais, etc.) |
| Jornal da FURG | Cultura escolar e história da instituição escolar (acontecimentos e projetos organizados pela Universidade) |
| Mobiliários e materiais utilizados em aulas | Cultura material escolar e disciplinas escolares (compreensão do espaço escolar e da disciplina) |
| Mobiliários da Reitoria | História da instituição e cultura material escolar |

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Zaia (2005) destaca uma questão importante em relação ao tratamento e preservação dos acervos escolares, que em relação aos documentos de arquivo, livros, peças e mobiliários é preciso ter clareza de diferenças de tratamento de cada um desses acervos, atentando-se para as práticas específicas de cada área.

Ou seja, é muito relevante o papel de cada profissional no que tange a preservação de cada acervo específico como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Essa aproximação e interlocução são estratégicas em muitos casos de acervos que abrangem essas tipologias. Zaia (2005) ainda acrescenta essa necessidade de diálogo em relação aos procedimentos de conservação, organização e divulgação do acervo escolar. Por isso, da importância do estabelecimento de um diálogo e até mesmo de ações conjuntas entre o NUME e a CAG, esta última conta em sua equipe com uma técnica em restauração.

A relevância da Arquivologia e da Museologia na Preservação dos Acervos Escolares

Durante a realização do 4º Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior do Norte e Nordeste-ARQUIFES, ocorrido entre os dias 17 a 19 de maio de 2017 em Salvador, foi elaborada a Carta de Salvador. Este Fórum possuiu 5 grupos de trabalho, entre eles, o “GT 3: POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: a implantação de Memorial nas IFES”. Cada GT deliberou encaminhamentos para serem discutidos durante a realização do 5º Encontro Nacional dos Arquivistas das Instituições Federais de Ensino-ENARQUIFES, realizado na FURG entre os dias 16 a 19 de outubro do corrente ano. Os encaminhamentos de acordo com a Carta de Salvador, do GT 3 foram:

Recomendar aos gestores das IFES que os Memoriais Institucionais estejam subordinados aos Gabinetes; Recomendar aos gestores das IFES que ao implantar Memorial que seja com equipe multidisciplinar como o caso de sucesso da UFC – Universidade Federal do Ceará; Recomendar a rede Arquifes que nos próximos fóruns e encontros seja inserida a temática de Memoriais nas IFES; Recomendar a elaboração de um instrumento de trabalho sobre critérios para avaliação de documentos de Memorial. (CARTA DE SALVADOR, 2017, p.07).

Estes encaminhamentos deveriam ter sido discutidos pelos participantes do 5º ENARQUIFES, porém como a pessoa responsável não pode se fazer presente no encontro, não houveram tais discussões, mas sim ocorreu no final do evento a decisão de que esse GT seja incluído permanentemente no ENARQUIFES e foi denominado como GT Arquivos Permanentes e Memoriais. Trata-se de ações iniciais que estão se atentando para a relevância dessa temática nas IFES.

Dentre os encaminhamentos da Carta de Salvador, destaca-se a recomendação para os memoriais estarem subordinados aos Gabinetes, o que facilitaria a gestão destes por razões práticas de políticas, também a questão da equipe multidisciplinar já comentada, o que vem a reforçar essa questão por mim defendida e também os critérios para avaliação dos documentos destes memoriais.

Cabe também destacar que os acervos escolares não se constituem somente de arquivos, mas também de objetos que da mesma forma proporcionam estudos sobre a cultura material escolar.

Sobre os acervos escolares podemos considerar, ainda, que se tratam de todos os documentos, objetos, materiais, bens móveis e imóveis que compõem o cotidiano do fazer escolar, como, por exemplo, os documentos arquivísticos, os museológicos, os bibliográficos, os móveis e os prédios escolares. Neste sentido, ressaltamos a importância da articulação entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a História e a Museologia no que concerne ao tratamento técnico destes. (VIERO, et al., 2017, p.35).

Ainda há certo impasse teórico em relação à custódia desses acervos se devem ficar sob a responsabilidade do arquivo ou do museu. O certo atualmente, é que sejam preservados e disponibilizados para as pesquisas e que sempre quando possível haja um diálogo entre as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Reforço a importância desta interlocução em relação ao acervo do NUME por se tratar de um acervo híbrido, pois cada um necessita de um processamento técnico independente e o mesmo se atribui aos métodos de conservação e preservação. Isto propiciará uma gestão eficiente do acervo.

Os arquivos universitários são fontes de memória social, pois, além de retratarem a memória das instituições, também asseguram a história da sociedade através dos estudos, pesquisas e atividades de extensão, que são por elas desenvolvidas, gerando impacto direto para a comunidade. Todos os documentos de arquivo devem ser geridos conforme as normas, legislação e técnicas arquivísticas e isso não poderia ser diferente aos arquivos universitários, os quais necessitam de uma gestão arquivística efetiva, que garanta o seu uso (corrente e intermediário) e preservação de sua memória (permanente): “Os arquivos universitários são originados pelas instituições públicas e privadas no decorrer de suas funções, atividades, tanto no recebimento, quanto na criação” (VIERO, 2010, p. 26).

Para Martins (1992), compete às universidades, como produtoras e difusoras do conhecimento, cuidar de sua documentação histórica. Existem algumas iniciativas promissoras e deve-se estimular o desenvolvimento de uma mentalidade de preservação da memória nacional, neste e em outros campos é impossível conservar todos os documentos. Portanto, deve-se tentar preservar os documentos que se prevê como de possível utilidade para a pesquisa histórica. Contudo, isso não é uma decisão técnica que possa ser orientada por regras, apenas uma pessoa com formação histórica adequada pode evitar erros graves.

Ainda de acordo com Martins (1992), as universidades não são constituídas apenas por professores e pesquisadores, há outros sujeitos nestas instituições que também desempenham atividades que podem resultar na produção de diferentes documentos que interessam aos historiadores. Os acadêmicos são, normalmente, ignorados quando se pensa em arquivos universitários. Certamente as universidades conservam a documentação oficial relativa à vida acadêmica como: notas e outros documentos.

Mas se o ensino desenvolve-se tendo por preocupação central a formação dos estudantes, deveria ser importante lembrar que os alunos também realizam estudos, assistem aos cursos, fazem anotações sobre as aulas e leituras, realizam trabalhos escolares e provas, desenvolvem trabalhos de iniciação científica, participam de grupos de

pesquisa, elaboram teses, apresentam seminários, interagem entre si, escrevem cartas, diários, participam de órgãos da universidade, possuem uma vida estudantil. Normalmente, não se dá atenção a isso. Era tradição nas antigas universidades européias a conservação dos cadernos dos seus alunos e, através desses cadernos, o historiador obtém valiosas informações. É claro que não se pode guardar tudo o que vários milhares de estudantes produzem durante os seus anos universitários. Mas nada guardar é uma falha gritante. Esse trabalho pode ser desenvolvido se, em cada universidade, houver um órgão ativo – o arquivo central ou um órgão centralizador de arquivos – que motive a comunidade e organize o trabalho a ser realizado com a colaboração de todos. Além de organizar todo o sistema universitário de arquivos e dispor das informações sobre os mesmos (pela informatização), cabe ao Arquivo Central ou órgão semelhante desenvolver estratégias para que seja documentado aquilo que não é comumente documentado, como já se indicou acima. (MARTINS, 1992, p. 16, GRIFO NOSSO).

Cabe salientar a relevância do arquivo geral ou central para as instituições universitárias. No Brasil há universidades públicas que possuem um órgão centralizador de seus arquivos há décadas, outras o criaram recentemente em sua estrutura como o caso da FURG e enquanto outras ainda nem o possuem, tampouco arquivista no seu quadro de pessoal. O mesmo ocorre com outras instituições memoriais voltadas para a memória institucional.

É relevante destacar que um órgão centralizador de arquivos em uma universidade, assim como ocorre também com outras instituições é fundamental para sua gestão e preservação. Os arquivos universitários são os testemunhos da vida funcional e acadêmica da instituição. São as comprovações das atividades meio e fim universitárias. Para Bellotto (2014) os arquivos são conservados primeiramente para o cumprimento de suas razões administrativas e/ou jurídico-legais, podendo ser eliminados se seu valor se restringir ao primário relacionado ao motivo de sua produção ou preservado se possuir valor permanente constituindo os arquivos históricos/permanentes. A função destes arquivos constituídos pelos documentos remanescentes das eliminações criteriosas é de garantir a memória para efeitos de pesquisa histórica ou de transmissão cultural.

As Universidades, tal como outras instituições públicas e privadas, devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação (a eliminação, a conservação temporária ou a guarda permanente). (BELLOTTO, 2014, p. 75).

Os arquivos históricos são os que se constituem em fonte para os pesquisadores, no caso dos universitários principalmente, para os pesquisadores em História da Educação. É importante que haja nesses arquivos instrumentos de pesquisa como guias, catálogos, inventários etc., para auxiliar os pesquisadores em sua busca. Em relação específica à FURG já foram elaborados alguns estudos e instrumentos em caráter acadêmico de parte do acervo que se encontra custodiado na CAG.

Os arquivos são constituídos por fundos, que possuem organicidade em sua produção e que não devem ser dispersos. Essa é a principal característica dos documentos arquivísticos, sendo o que os difere basicamente dos demais documentos e demanda tratamento técnico específico. Isto repercute em toda a gestão documental e principalmente no acesso aos documentos. Sobre isso para Barleta (2005):

Enquanto o arquivo trata documentos acumulados naturalmente, segundo as atividades e funções de uma instituição, o museu abrigará coleções criadas artificialmente, sendo elas produtos da cultura material humana ou da natureza. O museu em sua trajetória histórica caracterizou-se por ser um espaço físico no qual objetos são expostos como

suportes para estudos, para demonstrações e para disseminar o conhecimento. Apesar de ocorrer ao longo do tempo variações do conceito quanto à natureza de objeto museológico, o mesmo não acontece com a razão de sua existência, ou seja, as coleções. (BARLETA, 2005, p. 105).

Ressalta-se que arquivos são acumulados naturalmente em decorrência de suas funções/atividades e, objetos museológicos são incorporados às coleções artificialmente, de acordo com a missão, a finalidade da instituição museológica. O arquivo possui caráter de prova e histórico e o museu possui características artísticas, educacionais, científicas e de conhecimento.

Retomando a cultura material escolar enquanto fonte pode ser entendida como a tradução em objetos empíricos, formas de pensar e atuação na educação (FELGUEIRAS, 2011). Assim, engloba os documentos, os objetos, os prédios escolares. Neste sentido, os acervos escolares portadores da cultura material escolar são fundamentais para a memória e devem possuir a devida atenção por parte da instituição mantenedora. Podemos pensar qual o lugar da CAG e do NUME? São fundamentais embora com toda a falta de uma política dos seus acervos, pois estão promovendo a integridade física destes acervos. Propiciam pesquisas sobre o funcionamento da Universidade e suas atividades. Cabe destacar que no decorrer da história da FURG, muitos documentos foram extraviados e/ou eliminados causando perdas irreparáveis em alguns conjuntos de documentos.

[...] nós temos várias referências, de várias pessoas que em todo momento quando digamos assim entram no Arquivo, [...] perguntam sobre os acervos. E a gente tem prazer de mostrar. Olha isso aqui foi o que sobrou. Digamos assim, de tudo que a gente conseguiu, [...] resgatar. Mas o pessoal, eles tu sente no tom de voz, nos olhos, por exemplo, o professor Bernardeli que foi durante muito tempo superintendente, ele estava lá na parte dos registros acadêmicos, ele a outra vez falou assim quando viu o acervo da Escola de Engenharia “isso aqui não é nem 5% do que a gente tinha na Escola de Engenharia”. E não, não é porque se perdeu quase tudo, o que a gente conseguiu salvar e arrecadar foi isso [...] digamos assim o pessoal achava que não valia a pena. E foi isso aí ele mesmo falou. Isso aqui não é quase nada de tudo digamos assim, a cultura e o acervo que a Escola de Engenharia chegou a ter. (SANTOS, 2017).

Por isso, é preciso que haja na FURG uma política estruturada na preservação de seus acervos. Pois, apesar da existência da CAG e do NUME eles por si só não são suficientes para a garantia de sua preservação. Embora, já tenham evitado mais perdas.

Uma coisa importante que faz tempo que a gente está lutando e que nós estamos observando e que até agora acredito que seja uma inquietação da administração superior, [...] a relevância de ter uma política institucional de preservação de acervos. Esses acervos múltiplos, o arquivístico, o bibliográfico, o museológico, eu acho que todos esses aí precisam estar dentro de uma política. Tanto na parte de aquisição, de entrada desses acervos, como que vai ser, sob que responsabilidade [...]. (SANTOS, 2017).

Retomando-se, sem dúvida a existência de um lugar físico adequado para a custódia dos acervos, é um passo inicial no processo de preservação destes. Porém, é necessário que estes lugares de memória possuam uma política e ambos precisam estar entrelaçados para uma efetiva gestão, caso contrário teremos a preservação de uma memória esfacelada.

Considerações finais

Teve-se por objetivo apresentar discussões acerca da cultura material escolar e da preservação dos acervos e das afinidades entre as duas áreas de conhecimento: a Museologia e a Arquivologia. Destaca-se

que os acervos são apenas a materialidade da memória que necessita de sua imaterialidade, ou seja, de uma política que estabeleça princípios, regras, para seus acervos.

Sobre o acervo arquivístico foi possível compreender que ao longo de sua trajetória, a FURG já teve o intento da necessidade da implantação de uma unidade de Arquivo Central, que só começou a se tornar possível a partir da contratação da primeira arquivista em 2008. Tanto o Arquivo da Universidade, quanto o NUME, tiveram problemas de espaço físico inicialmente, pois os locais destinados eram improvisados e não comportavam todo o acervo que já possuíam.

Destaca-se que a gestão de acervos é primordial para a preservação da memória institucional, uma vez que ela permite todo o controle destes, desde sua produção até a sua destinação final. Igualmente, propicia medidas de entrada destes acervos nos seus respectivos lugares de memória o arquivo e o museu.

Salienta-se que um espaço físico para custódia é muito importante, sem dúvida, mas é necessário muito mais para se ter realmente uma preservação. É preciso que todo um conjunto de questões estejam atreladas, tais como: diretrizes e normas, ou seja, uma política consolidada e efetiva, o que conforme a pesquisa constatou encontra-se ainda no princípio na FURG. Também se faz relevante o papel de cada profissional no que tange a preservação de cada acervo específico como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Ressalta-se que em relação à historiografia da educação superior em Rio Grande é preciso recorrer basicamente aos seus acervos (arquivísticos e museológicos) e à História Oral. Em relação aos acervos é preciso traçar estratégias de organização e preservação que venham a garantir o fazer do pesquisador. Uma vez que, do modo que foram tratados ao longo do tempo (falta de organização, eliminações indevidas, falta de conhecimento técnico) acabaram por produzir lacunas que jamais poderão ser recuperadas. Enfim, é preciso a elaboração de condições para a produção do conhecimento histórico na educação.

Referências

- BARBOSA, Oswaldo José de Paula. Depoimento [agos. 2015]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Viero, 2015, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.
- BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou museus: Qual o lugar dos acervos escolares?. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p. 101-122, jul/dez. 2005. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38648>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.
- BENITO, Agustín Escolano. MÁS ALLÁ DEL ESPASMO DEL PRESENTE. LA ESCUELA COMO MEMORIA. In: **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 10-30, jan./abr. 2011. Quadrimestral. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20099>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p. 193-220, Jul/Dez. 2005. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Ática: São Paulo, 2010.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar: a importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **PRO- -Posições** – Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/SP, Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre arquivos e museus, v. 16, n. 1 (46), p. 87-102, jan.-abr. 2005.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências e Afins, 2012. p. 3-200.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 01, p. 09-43, 2001. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

MARTINS FILHO, Mozart Tavares. Depoimento [mai. 2017]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Vier, 2017, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

MARTINS, Roberto de Andrade. O Sistema de Arquivos da Universidade e a memória científica. **Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 27-48.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 75-99, dez. 2005. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Acervos escolares e história das instituições educacionais: o caso da Escola Estadual General Osório/RS. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 154-174, jan./jun. 2014.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção estudos museológicos, v.2). Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha_documentacao_museologica_1.pdf. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. n. 27, p. 57-69. Set /Out /Nov /Dez, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a04.pdf> Acesso em: 23 de abr. de 2020.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. POLÍTICAS DA MEMÓRIA NA CRIAÇÃO DOS MUSEUS BRASILEIROS. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.I.], v. 19, n. 19, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt./index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>. Acesso em: 23 de out. de 2020.

SANTOS, Andrea Goçalves dos. Depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: Tatiane Vedoin Vier, 2017, Rio Grande. Entrevista concedida para fins desta pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG. Resolução 025 de 07 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre alteração do Artigo 90 do Regimento Interno da Reitoria (Competências do Arquivo Geral)**. Disponível em: www.conselho.furg.br/delibera/consun/02518.pdf Acesso em: 23 de abr. de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG. Resolução 028 de 06 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre o Regimento do Núcleo de Memória “Eng.º Francisco Martins Bastos”**. Disponível em: www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=delibera/consun/02802.html Acesso em: 23 de abr. de 2020.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 5, n. 10, p. 153-174, Jul/Dez. 2005. Semestral. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277801563_O_lugar_do_arquivo_permanente_dentro_de_um_centro_de_memoria_escolar/fulltext/5587e8e008aef58c03a069a6/O-lugar-do-arquivo-permanente-dentro-de-um-centro-de-memoria-escolar.pdf. Acesso em: 23 de abr. de 2020.

VIERO, Tatiane Vedoin et al. Acervos escolares: possibilidades e aproximações entre a Arquivologia e a Museologia. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 33-53, ago. 2017. Disponível em: <http://>

revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/582/584. Acesso em: 23 de abr. de 2023.

VIERO, Tatiane Vedoin; SANTOS, Andrea Gonçalves dos; SCHWARZBOLD, Karin Christine. Preservação da memória institucional da FURG a partir de medidas de conservação preventiva dos dossiês acadêmicos. In: XIII CICLO DE CONFERÊNCIAS HISTÓRICAS, 13., 2010, Rio Grande. **Anais do XIII Ciclo de Conferências Históricas**. Rio Grande: Furg, 2010. p. 321-330.

Recebido em: 02.05.2020.

Aceito em: 03.11.2020.